

PMEPC

Cantanhede



Novembro de 2015

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cantanhede

Elaborado por:



Índice

PARTE I. – ENQUADRAMENTO	1
1. Introdução.....	2
2. Âmbito de Aplicação.....	3
3. Objetivos Gerais	5
4. Enquadramento Legal	6
5. Antecedentes do Processo de Planeamento	7
6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território.....	8
7. Ativação do Plano.....	9
7.1. Competência para a ativação/desativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	9
7.2. Critérios para a Ativação/Desativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.....	9
8. Programa de exercícios.....	11
PARTE II. – EXECUÇÃO	12
1. Conceito de Atuação	13
1.1. Organização	13
1.2. Sistema de Gestão de Operações.....	16
2. Execução do Plano	17
2.1. Fase de Emergência.....	17
2.2. Fase de Reabilitação	18
3. Articulação e atuação de agentes, organismos e entidades	20
3.1. Missão das Estruturas Autárquicas.....	20
3.2. Missão dos Agentes de Proteção Civil.....	23
3.3. Missão dos organismos e entidades de apoio.....	31
PARTE III. – ÁREAS DE INTERVENÇÃO	40
1. Administração de meios e recursos.....	42
2. Logística	43
2.1. Logística de Apoio às Forças de Intervenção.....	43
2.2. Logística de Apoio à População	45
3. Comunicações.....	49
4. Gestão da Informação	51
4.1. Gestão da Informação entre as Entidades Intervenientes.....	51
4.2. Gestão da Informação Pública.....	52
5. Procedimentos de evacuação	55
6. Manutenção da Ordem Pública	60
7. Serviços médicos e transporte de vítimas.....	62
8. Socorro e salvamento.....	66
9. Serviços mortuários	68
10. Protocolos.....	73
PARTE IV. – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	74
1. Organização geral da Proteção Civil Municipal	76
1.1. Estrutura de Proteção Civil.....	76

1.2.	<i>Estrutura das Operações</i>	79
2.	Mecanismos da estrutura de Proteção Civil	83
2.1.	<i>Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Proteção Civil</i>	83
2.2.	<i>Crítérios e âmbito para a declaração das situações de alerta</i>	84
2.3.	<i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i>	85
1.	Caracterização Geral	91
2.	Caracterização Física	92
2.1.	<i>Características Geomorfológicas</i>	92
2.2.	<i>Características Climáticas</i>	97
2.3.	<i>Ocupação do Solo</i>	100
3.	Caracterização Socioeconómica	102
3.1.	<i>Principais Aspetos Demográficos</i>	102
3.2.	<i>Economia</i>	107
4.	Caracterização das Infraestruturas	109
4.1.	<i>Património</i>	109
4.2.	<i>Infraestruturas Urbanas</i>	109
4.3.	<i>Equipamentos de Utilização Coletiva</i>	112
4.4.	<i>Agentes de Proteção Civil e Equipamentos de Defesa</i>	121
4.5.	<i>Infraestruturas de Comunicação</i>	122
4.6.	<i>Energia</i>	123
4.7.	<i>Áreas Industriais</i>	126
5.	Caracterização do Risco	128
5.1.	<i>Análise de Risco</i>	128
5.2.	<i>Análise da Vulnerabilidade</i>	171
5.3.	<i>Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco</i>	193
6.	Cenários	194
6.1.	<i>Cenário Hipotético de Incêndio Florestal</i>	194
6.2.	<i>Cenário Hipotético de Cheias</i>	196
6.3.	<i>Cenário Hipotético de Incêndio Industrial</i>	198
7.	Cartografia	201
1.	Inventário de meios e recursos	204
2.	Lista de Contactos	213
3.	Modelos de Relatórios e Requisições	225
4.	Modelos de Comunicados	231
5.	Lista de Controlo Atualizações do Plano	236
6.	Lista de Registo de Exercícios do Plano	237
7.	Lista de Distribuição do Plano	239
8.	Legislação	241
9.	Bibliografia	243
10.	Glossário	245

Índice de Figuras

Figura 1 – Esquema da direção política, coordenação política, coordenação institucional e comando operacional	13
Figura 2 – Áreas de Intervenção do PMEPC	41
Figura 3 – Esquema da organização da ZCAP	48
Figura 4 – Organização dos Sistema de Comunicações do PMEPC	49
Figura 5 – Procedimentos e instruções de coordenação em situação de evacuação	59
Figura 6 – Procedimentos e instruções de coordenação na manutenção da ordem pública	61
Figura 7 – Procedimentos e instruções de coordenação nos serviços médicos e transporte de vítimas	64
Figura 8 – Esquema de articulação das ZAP / ZCAP e intervenção das EIPS	64
Figura 9 – Procedimentos e instruções de coordenação no socorro e salvamento.....	67
Figura 10 – Procedimentos e instruções de coordenação nos serviços mortuários	71
Figura 11 – Estrutura Municipal de Proteção Civil	76
Figura 12 – Estrutura das Operações de Proteção Civil	79
Figura 13 – Organização dos sistemas de alerta	86
Figura 14 – Gráfico termo-pluviométrico da estação Dunas de Mira (2001-2010)	98
Figura 15 – Rosa anemoscópica (2001-2010).....	99
Figura 16 – Evolução Anual da População Residente de 1991 a 2011	102
Figura 17 – Pirâmide Etária	105
Figura 18 – Relação entre o número de dias com neve e a altitude (m)	128
Figura 19 – Temperaturas máximas diárias observadas na estação meteorológica de Praia de Mira, no período compreendido entre 2006 e 2009.....	132
Figura 20 – Valores máximos de temperatura registados na estação meteorológica de Praia de Mira	132
Figura 21 – Temperaturas mínimas diárias observadas na estação meteorológica de Praia de Mira, no período compreendido entre 2006 e 2010.....	136
Figura 22 – Valores mínimos de temperatura associados a vagas de ar frio nos registos da estação de Praia de Mira	136
Figura 23 – Variação da precipitação média anual da estação de Dunas de Mira, salientando-se os anos em que os quantitativos são inferiores à média global da série analisada	139
Figura 24 – Nº de ocorrências de inundações.....	141
Figura 25 – Carta de Isossistas de Intensidades Máximas (IM)	143
Figura 26 – Sismicidade de Portugal e Zonas Adjacentes	144
Figura 27 – Zonamento sísmico	145

Figura 28 – Altura máxima junto à costa causada pela conjugação de 5 cenários credíveis para a geração de grandes tsunamis nas costas de Portugal Continental (Omira <i>et al</i> , 2009).	147
Figura 29 – Planta Síntese do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar - Marinha Grande. Fonte: Instituto da Água, 2000	152
Figura 30 – Acidentes com vítimas e vítimas mortais entre 2004 e 2013.....	154
Figura 31 – N° de Ocorrências por Tipologia de Incêndio entre 01-01-2006 e 31-07-2011	166
Figura 32 – Matriz de Risco – Grau de Risco	172
Figura 33 – Registo de ocorrência de nevoeiro na estação meteorológica de Dunas de Mira, entre 1941 e 1970	174
Figura 34 – Registo de ocorrência de inundações entre 2006 e 2011	176
Figura 35 – Incêndios Urbanos.....	186

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Riscos analisados	4
Tabela 2 – Antecedentes do Processo de Planeamento do PMEPC	7
Tabela 3 – Interligação dos Instrumentos de Gestão Territorial com o PMEPC	8
Tabela 4 – Meios de Publicitação da Ativação/Desativação do Plano.....	9
Tabela 5 – Critérios de Ativação do Plano	10
Tabela 6 – Ações a desenvolver – Fase de Emergência.....	18
Tabela 7 – Coordenação, colaboração, prioridades de ação e procedimentos e instruções de coordenação na administração de meios e recursos	42
Tabela 8 – Comandante das Operações de Socorro	81
Tabela 9 – Adjuntos do COS	82
Tabela 10 – Composição e competências da Comissão Municipal de Proteção Civil.....	84
Tabela 11 – Competências, Pressupostos e Procedimentos da Declaração da Situação de Alerta	84
Tabela 12 – Níveis de Alerta e respetivo Grau de Prontidão e Mobilização.....	86
Tabela 13 – Órgãos de comunicação social e sítios da internet	87
Tabela 14 – Mecanismos de monitorização, alerta e aviso por tipologia de risco	89
Tabela 15 – Quadro Resumo das Classes Hipsométricas	92
Tabela 16 – Quadro Resumo das Classes de Declives	93
Tabela 17 – Quadro-Resumo das Exposições de Vertente.....	95
Tabela 18 – Nº de dias de neve, granizo, trovoada e nevoeiro. Estação meteorológica de Duna de Mira.	99
Tabela 19 – Resumo das Classes de Ocupação do Solo.....	101
Tabela 20 – Evolução da População Residente de 1991 a 2011.....	102
Tabela 21 – Estrutura Etária da População Residente em 2011	105
Tabela 22 – Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	107
Tabela 23 – Património Classificado	109
Tabela 24 – Unidades Hoteleiras por Freguesia	109
Tabela 25 – Entidades Gestoras das Infraestruturas Urbanas.....	110
Tabela 26 – Rede de captação de água subterrânea	110
Tabela 27 – Drenagem de Águas Residuais	111
Tabela 28 – Produção de RSU por Fileira (2008)	112
Tabela 29 – Unidades de Saúde	113
Tabela 30 – Listagem de Equipamentos Sociais.....	115

Tabela 31 – Equipamentos Educativos	116
Tabela 32 – Agentes de Proteção Civil	121
Tabela 33 – Número de dias com neve por estação climatológica	129
Tabela 34 – Valores de precipitação mensal da estação de Dunas de Mira, destacando-se os períodos de seca potencial	138
Tabela 35 – Definição do zonamento sísmico	145
Tabela 36 – Taxas médias de variação da linha de costa entre Praia de Mira e o Cabo Mondego (Quiaios), para 4 sectores, em m/ano. Recuo assinalado com sinal negativo e acreção representada pelo sinal positivo. Adaptado de Dias et al (1994: p.68)	151
Tabela 37 – Acidentes com o transporte de matérias perigosas (2002-2011)	155
Tabela 38 – Estabelecimentos Industriais	159
Tabela 39 – Estabelecimentos industriais inquiridos sobre a aplicabilidade do D.L. 254/2007 (presença de substâncias perigosas e respetivas quantidades).	159
Tabela 40 – Percentagem de Edifícios por Utilização Tipo	165
Tabela 41 – Ocorrências de Acidentes Tecnológicos no concelho de Cantanhede, 2006-2011	169
Tabela 42 – Grau de Probabilidade	171
Tabela 43 – Grau de Gravidade	171
Tabela 44 – Matriz de Risco de Cantanhede	173
Tabela 45 – Identificação de locais onde, geralmente, ocorrem inundações	176
Tabela 46 – Elementos expostos a tsunamis	178
Tabela 47 – Distribuição de edificado e da rede viária pelas classes de suscetibilidade à instabilidade de vertentes	179
Tabela 48 – Distribuição nas áreas das freguesias das classes de suscetibilidade à instabilidade de vertentes	180
Tabela 49 – Registo de ocorrências de acidentes em áreas e parques industriais	182
Tabela 50 – Nº de ocorrências de incêndios florestais, por freguesia, entre Janeiro de 2006 e Julho de 2011	190
Tabela 51 – Medidas e estratégias de prevenção e mitigação do risco	193
Tabela 52 – Fita do Tempo – Cenário de Incêndio Florestal	194
Tabela 53 – Fita do Tempo – Cenário de Cheias\Inundações	196
Tabela 54 – Fita do Tempo – Cenário de Incêndio Industrial	198

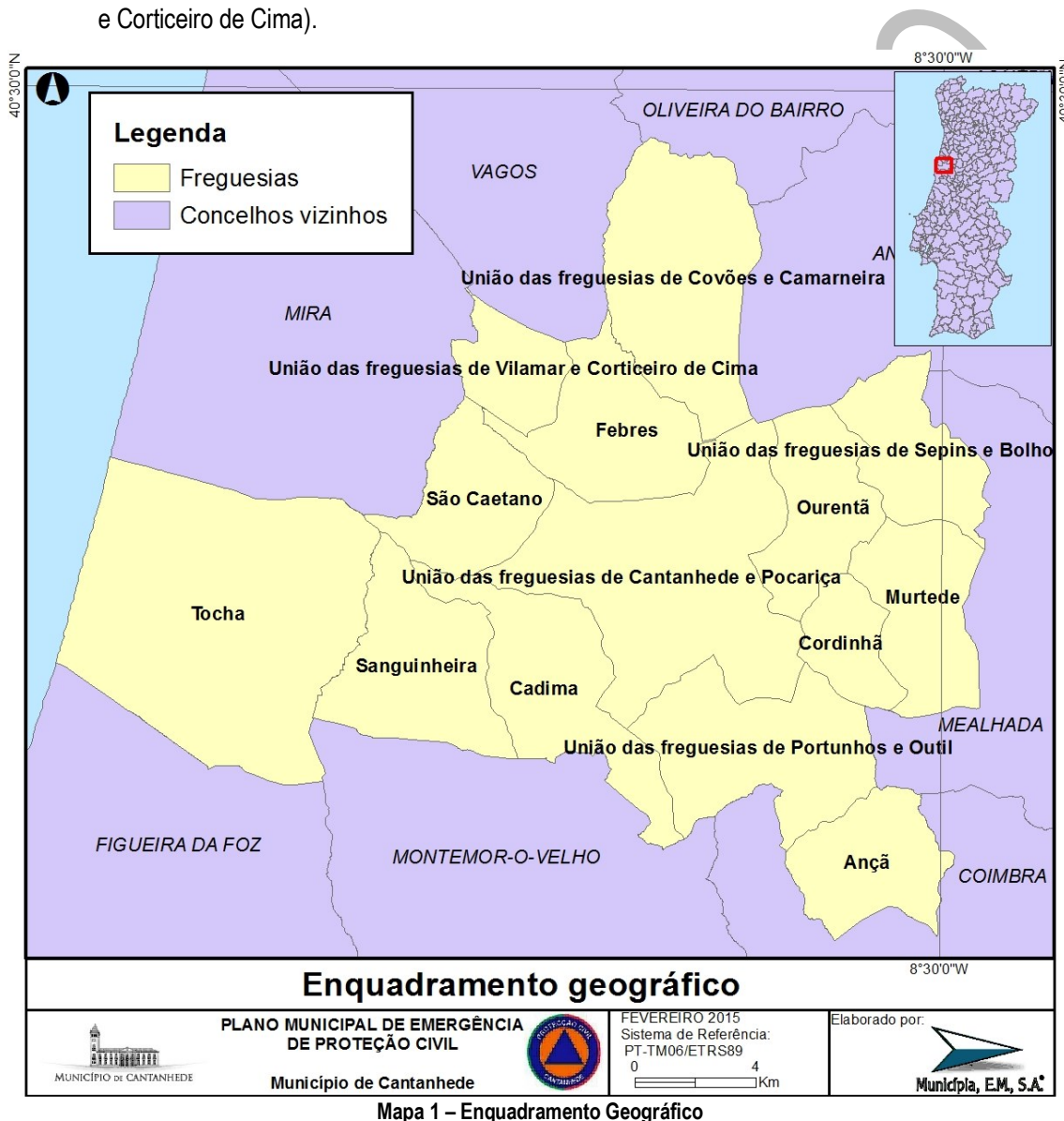
Parte I. – Enquadramento

1. Introdução

- A. O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cantanhede (PMEPCC) é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Cantanhede.
- B. O Diretor do PMEPCC é o Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede ou, na sua ausência ou impedimento, ao seu substituto legal.
- C. O PMEPCC foi elaborado para a generalidade das situações de emergência e que podem resultar em acidentes graves ou catástrofes que afetem populações, património edificado, ambiente e atividades socioeconómicas, nomeadamente através de riscos naturais, tecnológicos e mistos. Dos riscos identificados na parte IV do presente documento destacam-se, pela sua maior incidência, os seguintes:
 - Incêndios florestais;
 - Cheias e inundações;
 - Acidentes em áreas e parques industriais;
 - Incêndios urbanos.
- D. As lacunas de informação na elaboração do PMEPCC foram sentidas ao nível da recolha dos registos de ocorrências que permita uma fundamentação mais avalizada dos riscos e dispersão da informação existente sobre os perigos a que o município se encontra sujeito.

2. Âmbito de Aplicação

- A. Sendo o PMEPC um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Cantanhede, ou seja, a uma área total de cerca de 400 Km².
- B. O Município de Cantanhede encontra-se situado na Região Centro, localiza-se na sub-região do Baixo Mondego, pertencendo ao Distrito de Coimbra e integra 14 freguesias (Anã, Cadima, Cordinhã, Febres, Murte, Ourentã, Sanguinheira, São Caetano, Tocha, União das freguesias de Cantanhede e Pocariça, União das freguesias de Covões e Camarneira, União das freguesias de Portunhos e Outil, União das freguesias de Sepins e Bolho e União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima).



- C. O PMEPC tem como objetivo fazer face a todas as situações decorrentes da manifestação dos riscos Naturais, Tecnológicos ou Mistos:

Categorias dos Riscos	Designações dos Riscos
RISCOS NATURAIS	
Condições Meteorológicas Adversas	Nevões
	Nevoeiros
	Ondas de Calor
	Vagas de Frio
	Secas
Hidrologia	Cheias e Inundações
	Inundação por Tsunami
Geodinâmica Interna	Sismos
Geodinâmica Externa	Movimentos de Massa em Vertentes (Desabamentos, Deslizamentos e Outros)
	Erosão Costeira
RISCOS TECNOLÓGICOS	
Transportes	Acidentes Rodoviários
	Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas
Vias de Comunicação e Infraestruturas	Colapso de estruturas
Atividade Industrial e Comercial	Acidentes em áreas parques empresariais
	Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
	Acidentes em Estabelecimentos de Armazenagem de Produtos Explosivos
	Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional
	Acidentes que envolvam agentes Nucleares, Radiológicos, Biológicos e/ou Químicos (NRBQ)
RISCOS MISTOS	
Relacionados com a Atmosfera	Incêndios Florestais

Tabela 1 – Riscos analisados

3. Objetivos Gerais

- A. Os objetivos gerais a que o PMEPC se propõe são:
- i) Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
 - ii) Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
 - iii) Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
 - iv) Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
 - v) Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
 - vi) Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
 - vii) Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
 - viii) Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
 - ix) Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento Legal

- A. Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio (Sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro) - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.
- B. Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna.
- C. Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro – Organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil.
- D. Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (Alterados os artigos 13.º, 16.º, 34.º, 39.º, 50º, 53º e revogados o n.º 2 do artigo 34.º e a alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro) - Lei de Bases da Proteção Civil.

NÃO RESERVADO

5. Antecedentes do Processo de Planeamento

- A. É objetivo deste ponto abordar o historial do processo de planeamento de emergência de âmbito municipal de forma a conhecer os antecedentes do PMEPC:

Antecedentes do Processo de Planeamento do PMEPC	
Existência de versões anteriores do plano e respetivas datas de aprovação	O anterior PMEPC obteve aprovação da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC) a 9 de Janeiro de 2002, comunicada pelo extinto Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, à Câmara Municipal de Cantanhede a 28 de Janeiro de 2002.
Existência de anteriores ativações do plano	O anterior PMEPC nunca foi ativado.
Existência de exercícios de teste ao plano	O anterior PMEPC não foi alvo de qualquer exercício.
Existência do processo de consulta pública	O anterior PMEPC não foi remetido para o processo de consulta pública.
Publicação da Deliberação em Diário da República	Não foi publicado em Diário da República.

Tabela 2 – Antecedentes do Processo de Planeamento do PMEPC

6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

- A. A articulação com planos municipais de emergência e planos de ordenamento do território é tida em conta ao longo de todo o processo de planeamento efetuado no presente plano (particularmente no que se refere ao apoio na identificação de áreas de risco).
- B. No quadro seguinte sintetizam-se os instrumentos consultados e o respetivo contributo para o PMEPC:

Nível	Designação do Instrumento		Contributo para o PMEPC
Âmbito Regional	PROTC	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	Relatório de Fundamentação Técnica "Riscos Naturais e Tecnológicos"
	PDM	Plano Diretor Municipal	Planta de Condicionantes Limite dos perímetros urbanos
Âmbito Municipal	Planos Setoriais	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Florestas contra Incêndios
			Carta de Perigosidade Carta de Risco Carta de Prioridades de Defesa
Instrumentos de planeamento de emergência	PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil	(em revisão)
	PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios adjacentes (Anadia, Mealhada, Oliveira Do Bairro, Vagos, Coimbra, Figueira Da Foz, Mira, Montemor-o-Velho)	

Tabela 3 – Interligação dos Instrumentos de Gestão Territorial com o PMEPC

- C. A interligação com o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Coimbra (atualmente em revisão) encontra-se descrita na tabela anterior e é efetuada ao longo deste documento.
- D. A informação relativa à identificação de riscos e vulnerabilidades que foi considerada válida para o plano foi a carta da reserva ecológica nacional e os perímetros urbanos na carta de ordenamento do PDM e a carta de perigosidade de incêndio, carta de risco e carta de prioridades de defesa do PMDFCI.
- E. Prevê-se que a próxima revisão do PDM contenha informação referente às áreas de relevância operacional bem como às áreas de risco consideradas no PMEPC.

7. Ativação do Plano

7.1. Competência para a ativação/desativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

- A. Compete à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Cantanhede a ativação do PMEPC.
- B. A ativação do PMEPC pode ser, dependendo da complexidade da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto legal e 1/3 dos elementos que a compõe.
- C. Tanto a ativação, como a desativação do Plano, deverão ser comunicadas de imediato, à Autoridade Nacional de Proteção Civil, através do CDOS. Estas comunicações deverão ser posteriormente confirmadas por escrito, logo que possível.
- D. Paralelamente, serão informados da ativação e desativação do Plano os Municípios contíguos aos afetados.
- E. A publicitação da ativação/desativação do PMEPC será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da Ativação/Desativação do Plano		
Órgãos de Comunicação Social	Órgãos de Comunicação Social.	<ul style="list-style-type: none"> • As Beiras • Diário de Coimbra • Boa Nova • Independente de Cantanhede • Auri-Negra • Jornal da Bairrada • Campeão das Províncias • M80 Cantanhede Rádio • Rádio Regional do Centro
Sítio da internet	Página de Internet da Câmara Municipal de Cantanhede	http://www.cm-cantanhede.pt/
Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito	Sede do Município Juntas de Freguesia

Tabela 4 – Meios de Publicitação da Ativação/Desativação do Plano

- A. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

7.2. Critérios para a Ativação/Desativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

7.2.1. Critério de ativação

- A. É ativado face à iminência ou ocorrência de uma situação de acidente grave, catástrofe ou calamidade da qual se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção imediata de medidas excecionais de prevenção, informação e planeamento, quando se verifique um dos critérios abaixo indicados:

		Critério
Efeitos na população	Mortos	10
	Feridos	5
	Desalojados	20
	Desaparecidos	3
	Isolados	30
Danos nos bens e património	Habitações danificadas	Danos totais ou parciais em edifícios, num total igual ou superior a 10 e/ou com 20 desalojados
	Estruturas de Proteção Civil afetadas	Danos que não permitam a sua utilização.
	Monumentos ou infraestruturas vitais destruídas	Danos que destruam por completo estas infraestruturas.
Serviços e infraestruturas	Suspensão do fornecimento de água	36h
	Suspensão do fornecimento de energia	36h
	Suspensão do fornecimento de telecomunicações básicas	72h
	Corte de vias rodoviárias fundamentais essenciais à circulação	24h
Danos no ambiente	Descargas de matérias perigosas em aquíferos	Ponham em causa o ambiente, e / ou recursos essenciais (água, alimentos; etc.).
	Descargas de matérias perigosas no solo	Ponham em causa o ambiente, e / ou recursos essenciais (água, alimentos).
	Destruição de zonas florestais	Com duração superior a 36 horas e/ou área ardida previsível superior a 500 Ha
	Libertação de matérias perigosas para a atmosfera	Ponham em causa o ambiente, e / ou recursos essenciais (água, alimentos).
Características da ocorrência	Sismo	Magnitude igual ou superior a 6,0 na Escala de Richter ou de VIII na Escala de Mercalli
	Onda de calor	Duração superior a 6 dias consecutivos e com uma temperatura máxima superior a 35° C com implicações ao nível do município ou freguesia.
	Vaga de frio	Duração superior a 6 dias consecutivos e com uma temperatura mínima inferior a 0° C com implicações ao nível do município ou freguesia.
	Cheias/inundações	Ocorrência de cheias e/ou inundações com implicações ao nível das populações e/ou bens que obriguem à evacuação de um mínimo de 30 pessoas dos locais afetados.

Tabela 5 – Critérios de Ativação do Plano

- B. Esta tipificação de critérios não impede que o plano possa ser ativado em outras circunstâncias, de acordo com a iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

7.2.2. Critérios de desativação

- A. Assim que as condições de segurança estiverem garantidas para a população e restabelecidas as condições mínimas de normalidade, o PMEPC poderá ser desativado.

8. Programa de exercícios

- B. Após a aprovação da revisão do presente Plano e no prazo de 180 dias, o presente PMEPC será testado com um exercício CPX e LivEx de acordo com o quando seguinte:

Tipo	Periodicidade	Cenário	Âmbito	Destinatários
CPX LivEx	1 vez/ano	Incêndio Florestal Acidente Rodoviário	Parcial Geral	Todas as entidades envolvidas para cada cenário definido.

NÃO RESERVADO